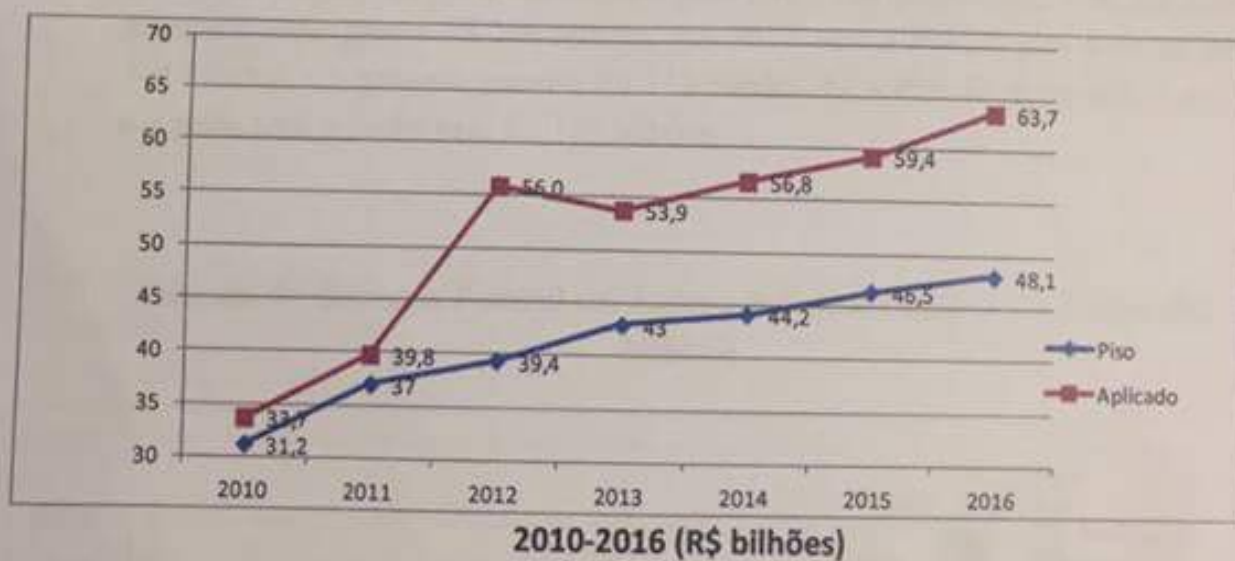


A PEC 241/2016 E A EDUCAÇÃO

- Não há teto específico para despesa com educação.
- Em 2017 o valor mínimo (piso) a ser gasto em educação será calculado pela regra atual: 18% da receita de impostos, líquida de transferências a estados e municípios.
- A partir de 2018 o valor mínimo será o valor do ano anterior, corrigido pela inflação (medida pelo IPCA). Nada impede que o Executivo proponha valor acima do piso, ou que o Congresso aumente o valor proposto pelo Executivo, desde que reduza despesa em outro poder ou órgão.
- Na verdade isso já acontece. Os gastos com educação superam muito o valor do piso (referenciado em termos do gasto com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE), como mostra o gráfico abaixo. O piso, portanto, não é uma referência adequada para o que se gasta em educação.

Despesa do Governo Federal com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino :



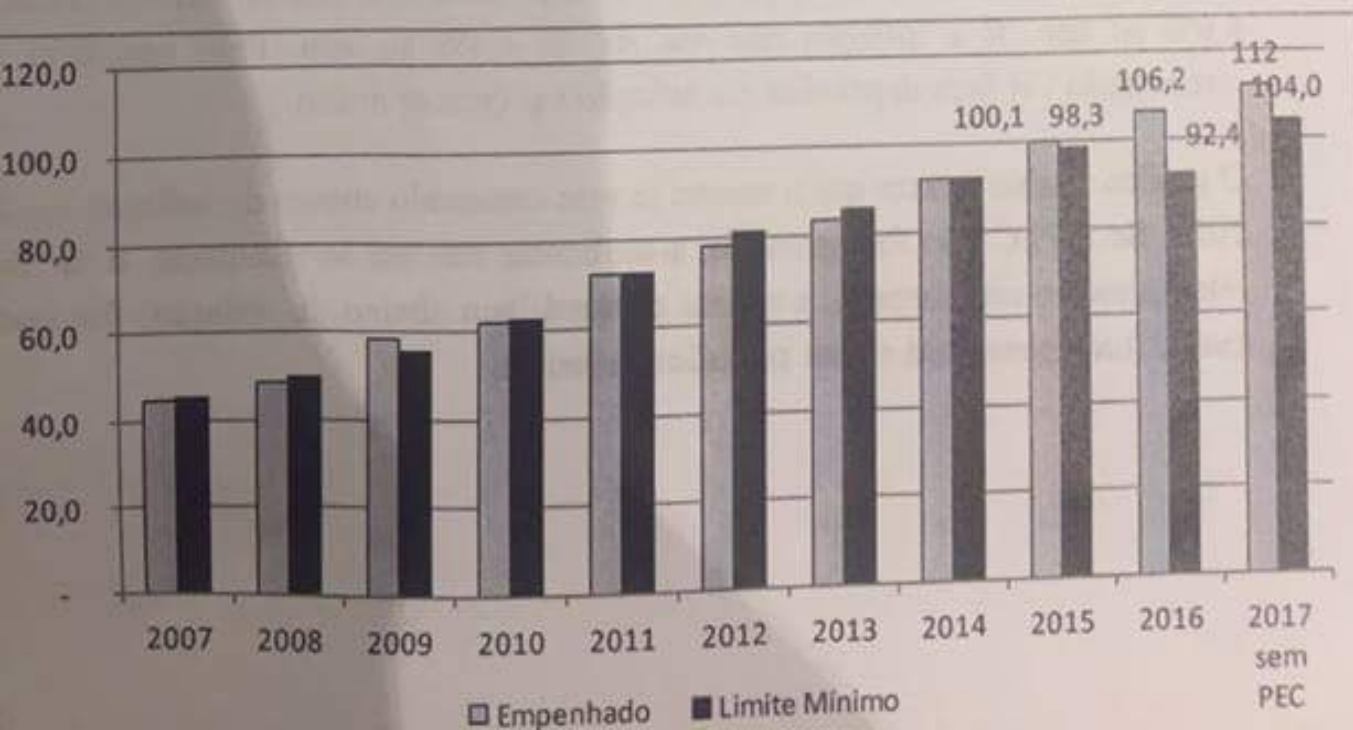
Fonte: SIAFI – Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados

- Nenhuma outra categoria de despesa primária, além de saúde e educação, está protegida por um patamar mínimo de gastos. A PEC dá essa proteção aos dois setores.
- A PEC só se aplica aos gastos do Governo Federal. Logo, não há qualquer limitação às despesas de estados e municípios com educação. E o somatório dos gastos dos entes subnacionais (estados e municípios) com educação é de cerca de quatro vezes o realizado pelo governo federal.
- As complementações da União ao FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) não estão submetidas ao limite de gastos. A complementação da

A PEC 241/2016 E A SAÚDE

- Não há **teto** específico para despesa com saúde.
- A PEC aumenta o **gasto mínimo (piso)** em saúde, para 2017, em **aproximadamente R\$ 10 bilhões**. Pela regra constitucional atual esse gasto mínimo seria de 13,7% da Receita Corrente Líquida (R\$ 104 bilhões). Com a PEC 241, o gasto mínimo com saúde sobe para R\$ 114 bilhões, equivalente a 15% da Receita Corrente Líquida.
- A partir de 2018 o **gasto mínimo** com saúde passará a ser corrigido pelo IPCA. Nada impede que o Poder Executivo proponha um valor acima do piso, ou que o Congresso aumente o valor proposto pelo Executivo, desde que reduza despesa em outra poder ou órgão, de modo a não desrespeitar o teto global do Poder Executivo.
- O gráfico abaixo mostra a diferença entre **gasto mínimo (o piso)** e **gasto total** em saúde. O Governo já está gastando acima do piso da saúde, tanto em 2016 quanto no Projeto de Lei Orçamentária para 2017. Em 2016 o piso é de R\$ 92,4 bilhões e serão gastos R\$ 106 bilhões. Em 2017, sem a PEC, o piso seria de R\$ 104 bilhões, e o governo gastaria R\$ 112 bilhões. Se a PEC for aprovada, o piso e o gasto total subirão para R\$ 114 bilhões.

Despesa do Governo Federal em Ações e Serviços Públicos em Saúde (R\$ bilhões)



PEC 241 - Por que temos que limitar o crescimento das despesas do Governo?

1º) A situação do País, recebida pelo Governo Michel Temer, é extremamente grave: a maior crise econômica da história do Brasil.

* O nível de utilização da capacidade instalada da indústria está em 77%, o menor nível de todos os tempos.

* Já completamos seis trimestres consecutivos com PIB negativo. É a pior recessão da nossa história.

* O número de desempregados alcançou 12 milhões de pessoas.

2º) As despesas da União cresceram de modo descontrolado desde 1997, até hoje. Passaram de 14% para 20% do PIB.

3º) O déficit público para o Governo Central em 2016 é estimado em R\$ 170,5 bilhões. Em 2015 o déficit foi de R\$ 116,6 bilhões. Projeta-se R\$ 139 bilhões para 2017.

4º) A dívida pública bruta do Governo Geral cresceu de 52% do PIB em 2010 para 70% do PIB em agosto de 2016. Agora R\$ 4.273 trilhões e chegará a 72% no final do ano.

* Se nada for feito, a dívida alcançará 100% do PIB até 2024.

* A despesa com os juros do Setor Público Consolidado correspondeu a 8,5 % do PIB em 2015 (R\$ 502 bilhões).

5º) Mais: o Governo tem R\$ 180 bilhões de restos a pagar e mais de R\$ 150 bilhões de contratos e compromissos sem orçamento.

6º) Apenas pela confiança na aprovação da PEC 241 e da Reforma da Previdência, as projeções de crescimento do país para 2017 já aumentaram em 0,8% pontos percentuais, até agora.

7º) Também houve redução das expectativas de juros. Se os juros da dívida caírem 1%, a despesa com juros cai cerca de R\$ 43 bilhões.

8º) A PEC garante o aumento das aplicações em saúde e educação.

* Com o reajuste pelo IPCA garantido na PEC a saúde e a educação não perderão recursos para outras áreas e não ficarão dependentes da variação da arrecadação. Haverá mais previsibilidade e estabilidade na aplicação dos recursos.

União ao FUNDEB será de **R\$ 12,5 bilhões** em 2016. Esse valor poderá subir acima da inflação, conforme necessidades de recursos dos estados mais pobres, que são os beneficiários dessa despesa.

- Também estão fora do limite (teto) os financiamentos do FIES, porque se trata de uma despesa financeira, e não de uma despesa primária. Esses financiamentos estão em torno de **R\$ 20 bilhões por ano**.
- O PROUNI, financiado por meio de renúncia de receita da União, também não se caracteriza como despesa primária, e está fora do limite da PEC.
- O Salário Educação, que representa uma verba vinculada à educação, também continua direcionado a esta área, não sendo afetado pela PEC.